



ACÓRDÃO Nº987/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11199/2018.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de Manaquiri.
- 4- **Exercício:** 2017.
- 5- **Responsável:** Antonio Silva de Holanda (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não Possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI e DICOP.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2428/2020-DMP, Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Manaquiri. Exercício de 2017.

Irregularidade. Multa. Alcance. Determinação. Ciência.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar irregular a Prestação de Contas do **Sr. Antonio Silva de Holanda**, responsável pela Câmara Municipal de Manaquiri, no curso do exercício 2017;

10.2. Aplicar Multa ao **Sr. Antonio Silva de Holanda** no valor de **R\$ 20.481,58** (vinte mil, quatrocentos e oitenta e um reais e cinquenta e oito centavos) conforme descrição abaixo:

10.2.1. Com fundamento no art. 308, V, do RI-TCE/AM c/c art. 54, V, da LO-TCE/AM, no valor de **R\$ 6.827,19** em razão do dano ao erário descrito no item "j" da fundamentação do Relatório/Voto;

10.2.2. Com fundamento no art. 308, VI, do RI-TCE/AM c/c art. 54, VI, da LO-TCE/AM, no valor de **R\$ 13.654,39** em virtude das irregularidades não sanadas conforme itens "a", "b", "d", "f", "h", "i", "n" e "o" da fundamentação do Relatório/Voto;

As multas deverão ser recolhidas **no prazo de 30 dias** pelo responsável na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código "5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE". Dentro do prazo



ACÓRDÃO Nº987/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

- 10.3. Considerar em Alcance ao Sr. Antonio Silva de Holanda** no valor de **R\$ 53.955,75** (Cinquenta e três mil, novecentos e cinquenta e cinco reais e setenta e cinco centavos) e fixar **prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor do Alcance/Glosa, mencionado no item "j" da fundamentação do Relatório/Voto, na esfera Municipal para o órgão Câmara Municipal de Manaquiri;
- 10.4. Determinar** à atual gestão da Câmara Municipal de Manaquiri que evite a prática das irregularidades descritas na fundamentação do Relatório/Voto;
- 10.5. Dar ciência** do desfecho dos autos ao **Sr. Antonio Silva de Holanda** e à atual gestão da Câmara Municipal de Manaquiri.

11- Ata: 34ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 20 de Outubro de 2020.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Alber Furtado de Oliveira Júnior (Convocado).

13.1. Auditor presente e Relator: Mário José de Moraes Costa Filho.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora-Geral, em substituição.

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro-Presidente

MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO
Auditor-Relator

ELISSANDRA MONTEIRO FREIRE ALVARES
Procuradora-Geral, em substituição